Ás nove horas e dezessete minutos, do dia vinte e nove de abril de dois mil e vinte, reuniram- se através de videoconferência, os membros deste conselho com a presença de treze membros, sendo nove titulares e quatro suplentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília desejou bom dia á todos, e deu início a reunião ordinária justificando a ausência da conselheira Maria Elizabeth e do conselheiro Dr. Marcus Vinícius. Questionou se todos conselheiros haviam recebido os documentos para a apreciação. Por não haver quórum suficiente no início da reunião para a aprovação da Ata da reunião ordinária trecentésima sexagésima nona, deixou a aprovação para o final. Expôs os temas da pauta da reunião que seria sobre a conferência municipal de saúde e a terceirização do SAMU. Informou que foi solicitada a participação de um representante do COMUS de Aparecida, Fernando, para que pudesse explanar sobre a conferência, caso o pleno esteja de acordo. Abriu para a propositura dos conselheiros, não havendo, deu continuidade ao informes do gestor. **Informes do Gestor:** Com a palavra a conselheira Bianca Muller, desejou bom dia a todos e informou que seria sobre as vacinas, que está tudo certo, encaminhando, que não anda vendo problemas de falta, as únicas doses que ainda não recebemos são dos prestadores e profissionais de saúde, já foi reiterado várias vezes por ofício, mas até agora não chegou. E o profissional da educação está fluindo bem, abriu para questionamentos sobre vacinação. Deixou que está havendo uma boa procura para a vacina contra a gripe, e ressaltou a insegurança dos pacientes em tomar a vacina da gripe, por terem tomado a vacina de COVID em dias próximos. **Ordem do Dia:** **Conferência Municipal e Saúde**. Com a palavra a subsecretária Bianca Muller, passou a fala para Ana Paula de Oliveira, a qual explanaria sobre a conferência. Com a palavra a Ana Paula desejou bom dia a todos, se apresentou e deixou que durante mais de dez anos fizesse parte do COMUS, onde oportunizou a participação em conferências. Deixou que tem recebido orientações básicas do conselho nacional de saúde sobre a organização da conferência municipal de saúde e após ler o documento relatou que há observações a serem feitas , como principal, a importância da conferência, pela participação popular e por ser uma base para a elaboração do Plano Pluri Anual e temos realizado as nossas conferências no mesmo ano da etapa estadual e nacional, e detalhando documento reparamos que é preciso fazer a conferência esse ano se formos obedecer a lei, por isso estamos trazendo para o COMUS, para conversamos sobre. Na resposta recebida pelo COSEMS, foi falado que a conferência tem que ser realizada no primeiro ano da gestão, especialmente para poder basear o Plano Pluri Anual que engloba do segundo ano da gestão até o final do primeiro ano da próxima gestão. Considerando o calendário das eleições, teríamos que realizar a conferência municipal esse ano, o que não nos exime de ter que fazer outra daqui a dois anos, pois a conferência de agora seria com a principal finalidade basear o plano, e daqui a dois anos, teríamos que fazer a eleição para levar propostas regionais e também escolha de delegados para as próximas etapas. Por isso solicitamos essa pauta, para conversarmos e vermos o que dá para ser feito. Com a palavra a presidente Maria Cecília fez a leitura da nota técnica recebida pelo conselho estadual de saúde e deixou que a conferência é muito interessante a ponto de trazer ainda mais a sociedade para perto das atitudes de saúde pública, ajuda nas necessidades de cada comunidade. Deixou que sua dúvida fosse como organizar a conferência diante ao cenário de pandemia que estamos vivendo. Com a palavra a Ana Paula explanou que diante da resposta recebida do COSEMS, deixou que a resposta de decisão de chamar ou não a conferência era do COMUS, sempre tem a participação da secretaria de saúde, mas o conselho deveria formular e aprovar, realmente existe um desafio muito grande, precisamos parar para pensar e elaborar uma estratégia diferenciada, pois nos moldes normais que foram feitos até o hoje, infelizmente o momento não possibilita. Então diante da pandemia que está postas e não tem data para acabar, do desafio de dar à voz a população e não deixar a conferência que é muito importante. Entendemos que nesse momento o protagonismo maior tem que ser do conselho nesse aspecto, mas o apoio será dado, como sempre, é quem em outros momentos a secretaria de saúde, sempre em parceria com o conselho, tomava a frente da organização e hoje estamos em um momento de muita demanda. O que for decidido será apoiado com o possível, entendemos que terá os momentos online que dependerá de plataformas, tecnologia e podemos explorar isso junto. Com a palavra a subsecretária Bianca Muller deixou sua opinião, que por mais que seja tudo difícil e tudo tão novo, mas poderia ser feito uma pré-conferência, procurar nos bairros lugares amplos, ou se fizéssemos um portal para receber sugestões nessa pré-conferência. Com a palavra a presidente Maria Cecília deixou que toda ideia é válida, porém precisamos parar, nos reunir para começar a organizar. Aproveitou para colocar em votação a realização da conferência municipal de saúde, que foi aprovado por unanimidade. Concebeu a palavra com a autorização do pleno para o conselheiro do município de Aparecida explanar sobre a conferência de saúde. Com a palavra o conselheiro do município de Aparecida Fernando, agradeceu a concessão da palavra, e explanou sobre o movimento que vem acontecendo na região, para que todos os municípios façam as suas conferências municipais, deixou que esteve na comissão que organizou a última conferência em dois mil e dezenove e justamente no que se falava em participação social, da população, ou seja o controle social, ficamos um pouco limitado, pois quando os representantes do governo perguntaram para nós o que queríamos, não obtivemos uma resposta com argumentos robustos para dizer o que realmente queremos aqui na região. E por causa disso, ficamos um pouco prejudicados, pois essa micro região de saúde que engloba os dezessete municípios, de Roseira a Bananal, é uma região que ficou muito desaparelhada, uma das regiões mais prejudicadas pelas ações do estado, deixou de financiar nessa região e os conselhos quase que não tem voz, é uma situação que averiguamos e resolvemos montar um grupo para agir, então desde dois mil e dezesseis estamos fazendo esse movimento e Guaratinguetá, contamos muito por ser a maior cidade dessa região e é importante os gestores de Guaratinguetá, prefeito e secretária que sempre convocam uma conferência, é necessário que o COMUS sensibilizem eles no sentido de igualdade nessa região, ela está muito excluída do calendário de saúde do estado, é necessário que alguns recursos retornem pra cá. Agora o controle social, as pessoas devem e tem direito a serem escutadas, uma escuta de qualidade. E é isso que nós estamos conversando com os dezessetes municípios e após o dia de hoje, dia vinte e nove, é um segundo plano, já esta no organograma deste movimento é chamar outras micros regiões, seja do litoral, da serra, do alto vale. Hoje temos o nome de quem realmente ama o SUS, e nós precisamos fortalecer o nosso SUS. Esse movimento tem esses dois carismas que é buscar a igualdade em nossa região e defender o SUS, fortalecendo ele, através do controle social. Com a palavra a presidente Maria Cecília agradeceu a fala do conselheiro Fernando e abriu para colocação dos conselheiros. Com a palavra a conselheira Beatriz Bonini desejou bom dia a todos e deixou que pelo seu entendimento partirá do conselho o assunto que será discutido na conferência, mas haverá a parceria COMUS e secretaria para a realização da conferência, solicitou para que deixasse agendado um dia para reunir e acertar os detalhes, deixou também que será necessário uma verba e acha interessante contratar uma empresa. Com a palavra a Ana Paula de Oliveira deixou que acha necessário um encontro inicial , se colocou a disposição, alegando que o que a secretaria puder ajudar será, ajudado. Com a palavra a presidente Maria Cecília solicitou uma data par que possa dar início ao esboço da conferência. Com a palavra a Ana Paula de Oliveira, deixou que irá verificar a data disponível e encaminhará ao COMUS. Com a palavra o conselheiro do município de Aparecida, Fernando, solicitou palavra para informar que encaminhou uma passo a passo segundo a orientação do conselho estadual de saúde para a realização da conferência, e nessa nota técnica o COSEMS distribuiu uma licença que dá permissão para reunir até quinhentas pessoas, durante vinte quatro horas por dia, durante todo esse ano, justamente para facilitar as reuniões virtuais. E deixou que pela facilidade de acesso a plataforma, talvez tenha mais participação dos munícipes. Então esse passo a passo, começa justamente com a deliberação do conselho desejando ter uma conferência, e claro que vai depender do convencimento do prefeito. Deixou que possui argumentos para que possa ser falado com o prefeito, pois justamente no primeiro ano de cada gestão é elaborado o plano municipal de saúde, que é válido por quatro anos. Estamos fazendo esse envolvimento de todos, pois o PMS e PPA tem que ser entregue até agosto para o legislativo, então podemos colocar como proposta e inclusive conferir aquilo que foi feito em dois mil e dezenove. Existem muitas coisas a serem feitas, para conversar, por exemplo, sobre as nossas questões regionais a quais podemos elencar várias situações. Partindo do princípio que Guaratinguetá é a nossa grande referência em saúde, pelo o tamanho dos recursos do município, vejo que esse momento, por sermos democráticos, talvez partindo de Guaratinguetá, conseguirá estabelecer alguns critérios em nossa região. Com a palavra a presidente Maria Cecília agradeceu a fala do Fernando e abriu para colocações dos conselheiros. **B-) Terceirização do SAMU:** Com a palavra a presidente Maria Cecília, resumiu que teve acesso no grupo do COMUS ao memorando 08/21 Gestão Pessoal , do dia dezesseis de março, que convocava os profissionais do SAMU, que foram deslocados para se apresentarem no hospital campanha em seu respectivo horário de plantão, e através desse memorando ficamos sabendo do início da terceirização do SAMU, foi indagado pelo fato de não ter sido apresentado o convênio da terceirização e nem deliberado pelo COMUS. Deixou que se reuniu com a comissão executiva e a mesa diretora no dia seis de abril de dois mil e vinte um, e partindo dessa reunião, explanou aos conselheiros que encaminhou um ofício para a secretária de saúde, solicitando qual era prerrogativa usada para a não apresentação e deliberação do convênio ao COMUS, visto que temos todas as leis, que inclusive foram citadas no ofício. Fez a leitura do ofício resposta enviado pela secretaria de saúde no dia sete de abril. Após a leitura, deixou que acharia justo abrir para opiniões dos conselheiros. Com a palavra o conselheiro Cláudio Campbell deixou sua visão sobre a resposta da secretária de saúde para o COMUS, que em sua opinião, não está satisfeito, não supriu suas dúvidas e gostaria de saber a possibilidade de que o conselho oficiasse ao tribunal de contas do estado de São Paulo, sobre a situação desse contrato, para que o COMUS, não seja penalizado, por uma situação que poderia ter sido discutida mais amplamente, deixou que essa terceirização do SAMU, foi empurrada “goela a baixo”, deixou registrado seu protesto pela forma que foi feito esse contrato do SAMU com a Santa Casa. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônaco, desejou bom dia a todos, e deixou que leu os ofícios, inclusive a resposta, e que os conselheiros entendem que essa questão da terceirização do SAMU, que esse contrato deveria passar para o pleno para a deliberação e está tendo uma confusão de que a prefeitura não precisa da aprovação do COMUS para seguir, só que a questão agora é a apresentação dos documentos como geralmente acontece, recebemos por e-mail para a análise e apreciação, para que o conselho tenha acesso a documentação, para fazer a deliberação. A aprovação ou não, ou a opinião do conselho, se é ou não favorável, se vai gastar muito ou pouco, ou mesmo que se gaste muito, mas se realmente for benéfico para a população, então é totalmente válido, porém acredita que a questão no momento não é essa. Pelo que entende e pelo que tem no artigo que consta no ofício, que é da lei orgânica do município, fala que a deliberação é obrigatória, que a opinião do conselho é obrigatória, então o que o conselho precisa avaliar é que o que foi enviado de documentação a respeito desse assunto entende que é suficiente, não é suficiente, e a partir de então, o que será solicitado para a secretaria de saúde, e saber se secretaria vai encaminhar ou não vai, e a partir daí verificar qual será o próximo passo. Deixou que não houve a deliberação do conselho e o que o conselho entende que deve ser enviado e não foi, e na sequencia tendo a resposta positiva ou negativa da secretaria, o pleno reunido decide qual atitude será tomada. Com a palavra a conselheira Beatriz Bonini alegou que não recebeu nada com referência a finanças, o que é que era gasto, a planilha de custo foi solicitado no dia três de março, o valor que gastava mês a mês com o SAMU, não foi enviado. Foi enviado somente uma planilha da santa casa de Guaratinguetá e mais duas entidades que queriam participar da licitação. Não obtivemos uma visão completa do que foi feito, portanto deixou sua opinião e não é satisfatória. Com a palavra a conselheira Bianca Muller deixou sua opinião para que fosse oficiado novamente a secretaria de saúde com as necessidades do que não foi enviado. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônaco esclareceu que a reunião do COMUS é gravada e depois elaborada a ATA, por ser uma reunião mensal, deixou que poderia ser aproveitado a oportunidade e verificar o que entende-se que é necessário enviar, para não ter a necessidade do ofício e aqui já ficaria registrado mais uma solicitação para parar de postergar e resolver logo a situação. Com a palavra a conselheira Bianca Muller questionou quais são os documentos faltantes. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônaco deixou que participou da reunião da comissão executiva e mesa diretora e pelo entendido ficou faltando a prestação de contas, a planilha de custos, o quantitativo de quanto custava e quanto vai custar, o convênio foi enviado no feriado da sexta feira santa. Com a palavra presidente Maria Cecília complementou que não há interesse se vai gastar mais ou menos, deixou claro que o único interesse é a melhoria do atendimento para a população, ficou faltando o processo licitatório e o edital, que não tivemos acesso. Com a palavra o conselheiro Adeilton dos Santos deixou sua opinião que a maior insatisfação do conselheiro foi quanto à transparência da terceirização do SAMU, faltou à documentação para a avaliação do conselho, entendemos que a secretária já fez o convênio, já está assinado e não vai alterar em nada, pois a terceirização já está sendo executada, mas quero que fique documentada a insatisfação do COMUS quanto à documentação não nos apresentada. Com a palavra a conselheira Bianca Muller deixou que toda a documentação está no portal da transparência. Com a palavra o conselheiro Adeilton dos Santos alegou que independentemente se está ou não no portal da transparência tem que ser encaminhada toda a documentação para a ciência do COMUS, não é nossa obrigação entrar no portal da transparência para averiguar as documentações e sim obrigação da secretaria de saúde encaminhar para apreciação dos conselheiros e depois apresentar para ser deliberado. Com a palavra a conselheira Bianca Muller alegou não estar negando a fornecer a documentação, deixou que a documentação não está sendo omitida, pois consta no portal da transparência. Com a palavra a presidente Maria Cecília esclareceu o motivo dos conselheiros ficarem sentidos com tal postura da secretaria, deixou que os conselheiros estão abrindo mão do seu tempo para executar seu papel, referiu-se a subsecretária Bianca Muller que ela tem um cargo remunerado para exercer seu papel, e nós conselheiros estamos deixando de ganhar o nosso dinheiro em prol de uma saúde digna e de qualidade para a população do município que nós vivemos, então se não precisa passar pelo COMUS, não haveria a necessidade de ter conselho, então nós conselheiros ficamos em uma situação muito chata, estamos aqui e ainda temos que entrar no portal da transparência, sendo que vocês estão fazendo um convênio, e pelo o que entendo qualquer convênio tem que ser apresentado e deliberado pelo COMUS. Com a palavra o conselheiro Cláudio Campbell complementou deixando que a questão não é contra o prestador, contra a secretaria de saúde, porém o conselho quer mais subsídios do que foi feito, nós estamos fazendo papel de fantoche, ou seja, as coisas tem que ser mais esclarecidas para o conselho, é tudo as claras, não precisa esconder, a gente pergunta as coisas para a secretária que ao invés de responder ela surta e não é assim que funciona, é só uma questão de esclarecimento para o conselho. Agora fica ofício pra lá, oficio pra cá e fica com raiva e acaba nem respondendo mais, nós estamos aqui e não queremos nada além de uma saúde melhor para Guaratinguetá, e gostaria que realmente o conselho fosse mais respeitado. Com a palavra o conselheiro Jonathan desejou bom dia a todos, deixou à necessidade de separar a situação, a primeira situação é de que se caberia ao conselho ou não a aprovação do convênio que foi firmado, se isso teria que ser antecipado ou nós temos que aprovar essa situação. Ficou para o entendimento do conselho que deveria ter feito essa aprovação, e para o entendimento da secretaria de saúde diante das respostas nos dada, de que não precisaríamos ser comunicados antecipadamente, apesar de que como foi relatado, algumas reuniões do conselho ela chegou a apresentar, mas não foi oficializado, ficamos sabendo através do grupo perto de um feriado. Então nós precisamos entender essa situação, para ficar claro aqui, caso isso venha a acontecer no futuro, que ao meu entendimento, ainda não ficou claro através das leis, porque nós apresentamos as leis, a secretaria apresentou outras leis, e ainda não ficou claro se nós tínhamos que ter aprovado ou não esse convênio antecipadamente. Com relação à documentação entregue e enviada ao conselho pela secretaria, isso é uma opinião pessoal onde sinceramente eu achei uma falta de respeito com o conselho municipal de saúde os últimos parágrafos do ofício, dizendo que tudo que foi, não deveríamos ter feito, que era de responsabilidade do prefeito, inclusive foi relatado que não foi nada democrático essa situação, não entendo dessa forma, creio inclusive que não haveria necessidade de uma resposta a esse tom, porque novamente na reunião que fizemos com a comissão e a mesa diretora, dizemos e repito, nossa intenção não é aqui de forma alguma travar o convênio, de forma alguma negar, ou relação contrária ao prestador ou prestação de serviço e sim realmente termos clareza e transparência na execução desses convênios. E a segunda parte é que o serviço já está acontecendo, já foi feito o convênio, e assim quais documentos que serão necessários até mesmo para que a gente acompanhe o convênio. Com a palavra o conselheiro André Monteiro desejou bom dia a todos, e aproveitou para reiterar algumas falas que ocorreram na reunião da comissão executiva e mesa diretora, que realmente tem que ocorrer com imparcialidade, independente de estar representando a Santa Casa, o intuito aqui é o bem comum, o bem social. E o primeiro ponto em consonância com a fala da conselheira Lucila, é a respeito do seguinte, pelo o que eu entendi dos ofícios naquela reunião da comissão, muitas informações foram pedidas a secretaria, não de forma clara, nós evidenciamos, as solicitações eram abrangentes e nenhum momento nós escrevemos o que realmente queríamos, nesse ofício ao qual nós deliberamos juntos foi realmente estritamente direcionado as informações que nós queríamos o retorno, o ofício da secretaria eu também li, só que a secretaria foi taxativa num seguinte de que ela já remeteu esses documentos ao conselho, a minha dúvida é o seguinte, quais os documentos o conselho recebeu, se o conselho recebeu esses documentos não estão com detalhamentos suficientes para análise. Eu acho que em face de tudo isso que está acontecendo, o conselho também precisa fazer uma autorreflexão e talvez estruturarmos uma reinvenção do conselho no sentido de quais são os critérios hoje de análise de convênio, o que é necessário analisar em todos os convênios. Por exemplo, foi levantado em reuniões passadas sobre questões do CNAI da Santa Casa não ser regularizado para esse tipo de atividade, hoje já está regularizado como foi apresentado em reuniões anteriores, que estava em processo de regularização e havia demora pelo trâmite estatutário, se for consultar agora na receita federal, já constam as atividades secundárias da Santa Casa, e a questão é porque isso foi levantado nesse convênio em específico, qual o critério do COMUS para analisar contrato, precisa ficar muito bem definido, para que não seja também análises pontuais, concordo que o conselho tem que ser respeitado, mas nós também temos que ter critérios de análise, essa é minha visão, é o primeiro ano que estou compondo o conselho, e senti essa questão, porque assim a própria Santa Casa no ano passado, nós temos a contratualização SUS vigente, que é de dois mil e dezenove, foi prorrogada devido ao período de pandemia, porém a Santa Casa já não tinha esse CNAI de urgência, como o conselho deliberou um serviço ambulatorial e a própria Santa Casa não ter um CNAI para um outro segmento de urgência, então qual será a leitura de análise de convênio, de repente nós elaborarmos um manual de análise de convênio, onde todo convênio que chegar, tem que ter uma consulta na receita federal, certidão negativa de débito, precisa, não precisa, por exemplo, no caso desse processo em si, não gostaria nem de me manifestar sobre isso, porque eu sou parte interessada no processo eu acho que meu voto não deveria nem ser válido, no entanto que qualquer coisa que colocar em votação, eu vou me abster do meu voto, pois mostra também a questão da imparcialidade. Mas por exemplo, instituições, quais as qualificações a instituições precisam ter, isso também fomenta mais a questão da qualidade dos contratos, para que a gente tenha subsídio de discussão, acompanhar também a prestação de contas mais de perto, acompanhar a qualidade dos serviços prestados, estamos no meio de uma pandemia, porém indicadores de qualidade o conselho tem condições de acompanhar, então eu acho que o conselho pode ser muito mais amplo, pode ter mais ferramentas, para que possamos não só criar também, mas termos mais autonomia e também executar atividade pela qual é deliberada legalmente ao conselho. Com a palavra a presidente Maria Cecília, deixou que concorda com a fala do conselheiro André Monteiro, com relação a imparcialidade e de determinarmos critérios para a análise dos contratos de todos os convênios, deixou que está a pouco tempo no COMUS, mas o que lhe causa estranheza é que todo convênio vem para análise do COMUS, e esse convênio do SAMU não foi enviado, por isso chegamos nessa situação que acabou gerando uma insatisfação por parte os conselheiros, não deixa de ser uma falta de transparência, onde nos levou a esses critérios, por exemplo, a consulta do CNAI. Também foi comentado na reunião da comissão executiva e mesa diretora com relação ao convênio com os prestadores, referente ao ano de dois mil e vinte um, que ainda não recebemos a renovação. Concordo que temos que analisar todos de uma forma criteriosa e de uma forma igualitária. Com a palavra o conselheiro Adeíldo dos Santos, complementou que está havendo entendimentos diferentes, porque só esse convênio gerou uma discussão, pois esse convênio não chegou para o COMUS, esse é o problema, e subentende que nós do conselho aceitamos esse contrato e nós não aceitamos, não aprovamos. A questão é que precisamos cumprir com nossas obrigações, é obrigação da secretaria enviar os contratos, assim como nossa obrigação analisar, não somos contra a terceirização se for melhor para a população, mas precisamos cumprir com nossas obrigações. E esse convênio em específico gerou uma discussão no conselho, por que foi desrespeitado. Não estamos votando contra o convênio, mas a maneira que nos foi comunicado. Não estou aqui para ser mais um número, preciso atuar como conselheiro, tem munícipe que nos cobra. Precisamos ter acesso caso haja qualquer complicações futuras, como vamos responder por algo que não teve nossa aprovação. Precisamos elaborar critérios para os próximos convênios, mas quero deixar registrada minha insatisfação com a terceirização do SAMU pela conduta que foi tomada. Com a palavra a conselheira Bianca Muller questionou se o COMUS não recebeu o convênio. Com a palavra a secretária executiva Maira Almeida informou que o convênio chegou no feriado da semana santa, após contato da presidente do COMUS com a secretária de saúde, os únicos documentos que vieram antecipadamente referente a terceirização do SAMU foi a proposta e a cotação, ficou faltando o custo atual e pós terceirização, recursos recebidos via ministério e parceiros e o edital, o convênio chegou bem depois. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônaco deixou que pelo seu entendimento das últimas reuniões está faltando também a planilha financeira. Aproveitou para dizer que cumpre o papel que a ela foi confiado que é representar a OAB, e deixou sua coerência com relação à análise dos contratos, se anteriormente aconteceu algo irregular com outros contratos, não foi de seu conhecimento, pois se caso encontrar qualquer irregularidade em qualquer contrato seu posicionamento será o mesmo. Portanto a questão da aprovação até agora para mim não está claro, realmente estou na dúvida, pois o que eu entendo é que não é imprescindível a aprovação do COMUS para que seja executado o contrato, mas pelo que eu entendi a apresentação e a deliberação pelo conselho, mesmo que o conselho opine de maneira contrária é o que tem que acontecer. Com a palavra o conselheiro Jonathan retratou que sua fala não foi aceitando a execução do convênio da forma que vem sendo nos apresentada e sim como dúvida também citada pela conselheira Lucila se compete a nós aprovar ou não, em uma situação de pré aprovação e agora uma vez que o convênio está assinado. Concordo plenamente com o conselheiro André que nós temos que criar maneiras e políticas de aprovação de acompanhamento, de tipo de documento, quais são nossos papeis. Que a gente acompanhe o convênio antes de acontece-lo e no decorrer da execução. Deixou também sua imparcialidade, que embora represente um dos prestadores, ao assumir a cadeira de conselheiro executa o papel de fiscalizador de uma saúde de qualidade para o nosso município. Com a palavra a conselheira Lucila Del Mônaco acrescentou que com base no ocorrido seria melhor verificar os documentos faltantes para serem solicitados. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para que os conselheiros votasse entre fazer uma nova solicitação com os documentos faltantes e a secretaria providenciava uma apresentação para deliberação e entendimento dos conselheiros ou encaminha para o ministério público, pois não seguiu a lei de passar para a análise do COMUS, a fim de tirar nossa culpa, caso aconteça complicações futuras. Após votação que obteve seis votos para a apresentação da secretária, quatro votos para a denúncia no ministério público e uma abstenção. Dando continuidade, deixou a critério da conselheira Bianca Muller para definir como será essa apresentação. Com a palavra a conselheira Bianca Muller alegou que para ficar mais fácil a apresentação, solicitou que fosse oficiado uma listagem dos documentos que seriam necessários para a análise, deixou que vai apresentar o convênio e justamente para não faltar nada, fosse listado o que é preciso. Deixou que seria apresentado em uma reunião extraordinária e sugeriu a data para quinta feira dia treze de maio e foi concordado por todos conselheiros presentes. Com a palavra a presidente Maria Cecília abriu para votação da Ata da reunião ordinária trecentésima sexagésima nona, questionou se havia ressalvas e não havendo, colocou em votação onde foi aprovada por unanimidade. Abriu para questionamentos dos conselheiros e não havendo nada mais a tratar a presidente Maria Cecília encerrou a reunião ás onze horas e nove minutos, lavrando-se á presente ata que vai assinada por mim Maira Regiane de Almeida que secretariei e pelos demais membros. Lembro também que a videoconferência encontra-se disponível em recurso multimídia de gravação, disponível em arquivo do conselho e à disposição dos Srs. Conselheiros e a quem possa interessar, de direito, para consulta a qualquer momento.